Jornal UNDIME SC
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina
Ano I - Otubro de 2009 - Nº 3

Undime-SC reúne cerca de 300 educadores catarinenses em Lages

pág.04

Projeto Amigos da Escola ensina e diverte alunos das escolas públicas de Florianópolis

pág. 03

Saldar a dívida com a cidadania: alfabetização para todos

pág.02

Ainda é tempo de formação...

Professores das redes municipal e estadual de educação recebem formação para Olimpíada de Língua Portuguesa

pág.06



Editorial

Saldar a dívida com a cidadania: alfabetização para todos

Em dezembro de 2009, o Brasil sediará na cidade do Pará, a Conferência Internacional de Educação de Adultos – VI CONFINTEA. Pela primeira vez na história, um país do hemisfério sul sediará esta Conferência promovida pela UNESCO, que pode ser considerada o mais importante evento mundial sobre a Educação de Adultos.

Dados divulgados pela UNESCO, no período que antecede a VI CONFINTEA, demonstram que no mundo existem em torno de 776 milhões de analfabetos acima de 15 anos, e que dois terços (517 milhões) desse índice são de mulheres. Na América Latina são 35 milhões de pessoas que ainda não são alfabetizadas e mais de 110 milhões de pessoas jovens, adultas e idosas que não concluíram o ensino fundamental.

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2007 – PNAD revela que nós ainda temos 14,2 milhões de pessoas acima de 15 anos analfabetas, correspondente a 10% dessa faixa etária e mais de 69,7 milhões que não concluíram o Ensino Fundamental. Se nós somarmos aos 14,4 milhões de analfabetos as pessoas que tem menos de quatro anos de ensino – período mínimo de escolarização que garantiria esses aprendizados básicos – chegaremos a uma cifra próxima de 40 milhões, que representa 32% da população brasileira com 15 anos ou mais que não tem o domínio efetivo da escrita e da leitura. Santa Catarina possui 4,4 % de pessoas analfabetas. Das 64 cidades brasileiras que receberam o selo de cidade livre do analfabetismo 16 são catarinenses e São João do Oeste é que detém o melhor índice do País com 0,9 %. Das capitais de Estado, apenas as três do sul obtiveram este selo.

Por essa via, a Educação de Jovens e Adultos representa uma nova possibilidade aos milhões de brasileiros que não tiveram acesso à escolaridade ou que tiveram este acesso, mas não puderam completá-lo. É preciso atentar que a Constituição Brasileira de 1988 reconheceu que todos os brasileiros em qualquer idade são titulares do direito à educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) legitimou a Educação de Jovens e de Adultos como uma modalidade da educação básica.

Isso significa dizer que a EJA não é educação compensatória, mas direito constitucional e que sua organização curricular deve respeitar os diferentes ritmos e tempos peculiares ao recorte geracional dos sujeitos envolvidos. Entretanto, cabe aos Conselhos de Educação dizer o tempo de duração dos cursos de EJA e sua organização funcional, seguindo as orientações do Parecer CEB/CNE nº. 11/2000 e da Resolução CEB/CNE nº. 01/2000, ambos da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Sendo assim, é necessário conhecermos a legislação e as especificidades desta modalidade de ensino para construirmos propostas de EJA coerentes com nossas realidades Municipais e atentas as mudanças nas novas leituras e conceitos desta modalidade.

No que se refere ao financiamento, foi a partir da implantação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, em 1º de janeiro de 2007, que a EJA passa a fazer parte do fundo. Essa inserção foi de forma gradual e concluída neste ano de 2009, sempre a partir dos dados do Censo Escolar. Vale ressaltar que o repasse dos recursos do fundo é prioritariamente aos sistemas estaduais e municipais de ensino que ofertam a EJA em caráter presencial e com avaliação no processo, ou seja, cursos semipresenciais ou a distância não tem direito a receber repasses do FUNDEB.

No ano de 2009, tivemos também ampliação dos programas do FNDE de apoio à Educação Básica para EJA. Assim, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte – PNATE e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, com suas respectivas resoluções: Resolução Nº 14 de 8 de Abril de 2009 e Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009, estabelecem os critérios e as formas de transferência de recursos financeiros aos Estados e Municípios, como possibilidade de qualificar a oferta pública de EJA e contribuir com o acesso e a permanência dos estudantes nos cursos.

Ainda mais, por iniciativa do MEC/SECAD está acontecendo, nesse ano, em âmbito estadual, o planejamento das ações para Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, que tem como uma das diretrizes estimular a constituição de redes sociais de cooperação visando o protagonismo dos atores sociais na construção da política de educação de jovens e adultos: gestores públicos, educadores, educandos, fóruns de EJA, fóruns Educação do Campo, Universidades, Movimentos Sociais e Sindicais, entre outros. Em nosso estado as instituições que integram o Comitê da Agenda são: Secretaria de Estado de Educação (SED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNIDIME/SC), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Fórum Estadual de EJA (FEEJA), Fórum de Educação do Campo (FOCEC). O Estado também conveniou com o Governo Federal para a implantação das ações do Brasil Alfabetizado.

Conclamamos, portanto, os gestores municipais da educação do Estado de Santa Catarina ao compromisso de democratizar ainda mais os sistemas de ensino, visando a criação de instrumentos e políticas que conduzam ou reconduzam para os sistemas educativos jovens, adultos e idosos, utilizando de múltiplas formas e espaços de aprendizagem, de modo a ampliar o acesso, aumentar a probabilidade de permanência e contribuir para o aprimoramento de práticas e valores desses sistemas e garantir este direito aos jovens e adultos dos municípios catarinenses.

A situação de Santa Catarina é privilegiada, se compararmos com o País, mas não podemos conviver com seres humanos que não tem acesso ao mundo letrado, nem nos acomodarmos e esperarmos que o assunto seja resolvido nas próximas gerações Só conseguiremos a melhoria efetiva da qualidade da educação atual com a participação da família, apoiando e auxiliando o educando, participando da vida escolar e para tanto precisamos investir simultaneamente nas crianças, jovens e adultos. Esta tarefa é das mais difíceis, pois, precisamos colocar no ambiente escolar pessoas que foram excluídas na infância e juventude e que precisam ser atraídas e mantidas nas turmas de EJA. Cabe-nos mobilizar toda a sociedade para incentivar o retorno destes cidadãos mutilados na sua principal condição cidadã: autonomia de decisão proporcionada pela leitura própria do mundo. O Comitê Todos pela Educação que deve estar constituído por representantes de todos os setores da sociedade é o órgão próprio para liderar este movimento sob o incentivo da Secretaria Municipal da Educação.

Finalmente precisamos de um esforço extraordinário para que todo o Estado equipare-se ao índice de 1% de analfabetismo de cidades como São João do Oeste e Pomerode. Vale ainda ressaltar, que em nosso estado apenas 137 municípios oferecem a Educação de Jovens e Adultos, sendo assim uma boa parte dos municípios catarinenses ainda não ofertam a modalidade da EJA em seus sistemas de ensino. Há, portanto um grande espaço para crescer desde que encaremos a educação como compromisso e responsabilidade de todos.

6º Prêmio Exemplo Voluntário

Conte pra gente quem faz a diferença na sua organização.

Ajude-nos a divulgar este prêmio.
Para mais informações acesse o site da Undime/SC : www.undime-sc.org.br

Expediente:

Presidente Undime/SC: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Vice-Presidente Undime/SC: Maurici do Nascimento
Jornalista Responsável: Graziane Ubiali - SC3497/JP

Contatos:

Telefone/Fax: (48)3251-6129
e-mail: secretaria@undime-sc.org.br
assessoriaundime-sc@gmail.com/Site: www.undime-sc.org.br

Projeto Amigos da Escola ensina e diverte alunos das escolas públicas de Florianópolis

Reciclar, aprender e brincar: assim os 170 alunos de seis escolas, das redes municipal e estadual de Florianópolis, aproveitaram o Dia Temático do Programa Amigos da Escola, realizado no dia 28 de agosto, que abordou o tema "Consumo Sustentável". O encontro ocorreu no Parque Ecológico do Córrego Grande e reuniu aproximadamente 25 voluntários da Floram e da Comcap que coordenaram as oficinas.

Dentre as atividades, os alunos aprenderam a fazer compostagem, que transforma lixo orgânico em adubo; oficina de papel artesanal e de papietagem que busca reaproveitar o papel descartado para fabricar novos objetos; oficina de fuxico; plantio de árvores nativas; trilha ecológica; oficina de puffneu, que transforma pneus e outros materiais jogados no lixo em puffs; além do teatro de bonecos do projeto Reóleo, que explica o processo de reciclagem do óleo e os benefícios para o meio ambiente.



De acordo com a organização do projeto, a ação do Dia Temático tem por objetivo proporcionar o conhecimento e a conscientização dos alunos, acerca dos problemas ambientais, transmitindo conceitos e valores visando transformar crianças e adolescentes em multiplicadores deste conhecimento para sua comunidade escolar.

Em Santa Catarina, o projeto é Coordenado pela Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS), com a parceria do Instituto Voluntários em Ação (IVA), Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (Undime-SC).

Professores do Programa ProJovem Urbano de Florianópolis participam de Formação

O ProJovem Urbano desenvolvido em Florianópolis e que vem reintegrando muitos jovens à escola, apresenta uma forte ação de qualificação dos professores que atuam no programa.

A Formação Continuada dos Educadores tem como objetivo qualificar os professores do PJU, fazendo com que eles repensem sua prática pedagógica e possam ser o elo entre os objetivos do programa educacional e social e os projetos de vida dos jovens, favorecendo a reinserção deles na escola, bem como os ajudando na inclusão social, digital e também no mundo do trabalho.

As aulas dos professores ocorrem no Centro de Educação Continuada de Florianópolis (Rua Ferreira Lima, 82, Centro). O programa de formação é desenvolvido em Florianópolis por uma empresa especializada na criação e gerenciamento de projetos educacionais, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. O programa teve inicio em janeiro deste ano e vai até outubro de 2010. São 160 horas iniciais e 216 horas de formação contínua com 12 horas por mês -, com aulas quinzenais para os 14 professores que fazem parte do PJU.

"Como educadora, tem sido uma oportunidade única e muito satisfatória participar da Formação dos Educadores que atuam no PJU de Florianópolis em conjunto com a empresa Vitae-Planeta Educação. Em nossos encontros temos realizado muitos debates, reflexões e recebido esclarecimentos, orientações e contribuições importantes sobre metodologia, material pedagógico e o Planejamento do PJU. Nossa formadora permanente e os especialistas que ela traz para trabalhar conosco são bastante capacitados", conta Ednéia Martins, educadora do PJU de Florianópolis.

O professor do ProJovem Urbano está sendo preparado ainda para atuar como orientador de turma, oferecendo aulas diferentes e criativas, que reposicionam os jovens, diante de sua realidade. Para isso, esses professores precisam fazer uma integração interdisciplinar que proporcione ampla compreensão das divisões do projeto, desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania para esses jovens.

"Fiquei grávida aos 17 anos! Então tive que parar com os estudos e fiquei dez anos sem estudar. Hoje, graças a Deus e ao Projovem, estou recuperando o tempo perdido, voltei a estudar, aproveito todas as oportunidades boas", afirma Cristiane da Silveira, aluna do PJU de Florianópolis

O ProJovem Urbano em Florianópolis - braço do ProJovem Integrado, programa de inclusão social desenvolvido e coordenado pelo Governo Federal -, conta com 400 jovens de 18 a 29 anos matriculados este ano. Eles terão 18 meses de aulas ininterruptas (de abril de 2009 até outubro de 2010).

"Nossos governantes devem olhar com carinho e fazer novas leis que promovam oportunidades para todos os jovens, como o programa Projovem, que faz com que o jovem tenha acesso aos seus sonhos e a um país mais justo", conclui Adriano Rateke, também aluno do PJU de Florianópolis.

Presidente da Undime participa de eventos sobre a educação realizados em Brasília.

O Secretário Municipal de Educação de Florianópolis e Presidente da Undime-SC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, esteve em reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e demais integrantes da Diretoria da Undime Nacional. O encontro, que ocorreu no dia 27 de agosto, em Brasília, teve como objetivo solicitar a aprovação da PEC que revoga a DRU (Desvinculação das Receitas da União) para a Educação.

Segundo Pinto da Luz, Temer prometeu agilizar a aprovação da PEC, e explica que a aprovação ainda não havia ocorrido devido a uma emenda constitucional apresentada pelo Deputado Fernando Coruja, que solicitava a revogação imediata da DRU. Porém o acordo com o governo, é que este processo ocorra paulatinamente, em três anos, um terço a cada ano.

Após discussões, a Câmara dos Deputados aprovou, no dia 16 de setembro, com 329 votos favoráveis e 82 contrários, a proposta original, que prevê a Desvinculação de Receitas da União (DRU) para as verbas destinadas para a Educação de forma gradativa. Sendo assim, ela cai de 20% para 12,5%, este ano; de 12,5% para 5%, em 2010; e deve ser extinta em 2011. Dessa forma, elevará os recursos destinados para a Educação em 4 bilhões de reais este ano; em 7 bilhões, no ano que vem; e envolverá mais de 10 bilhões anuais a partir de 2011. Após a aprovação, a proposta deverá ser analisada e votada no Senado Federal.

Undime-SC reúne cerca de 300 educado



Autoridades de Lages compõem mesa de abertura do II Fórum Extraordinário da Educação Undime-SC

O II Fórum Extraordinário da Educação – Undime/SC, realizado em Lages durante os dias 12,13 e 14 de agosto, reuniu aproximadamente 300 educadores. Dentre os participantes, Secretários Municipais de Educação dos municípios de Santa Catarina, professores, e demais interessados em assuntos educacionais. O encontro teve como objetivo promover discussões sobre as políticas públicas e os desafios enfrentados pela Educação Pública Municipal, com vistas à melhoria da oferta de ensino para as crianças do estado de Santa Catarina. Segundo o Presidente da Undime-SC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, as crianças não são do estado ou de determinado município, e por isso não importa em qual escola estudam, são cidadãs e têm direito à educação de qualidade.

O evento, promovido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina – Undime/SC, contou com o apoio da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação de Lages e da Federação dos Municípios Catarinenses – Fecam.

Assuntos como "A Municipalização da Educação: O Regime de Colaboração-União / Estados / Municípios"; "Alfabetização e o Ensino Fundamental de 09 Anos"; "Plano de Ações Articuladas- PAR" e "Alfabetização na Educação Inclusiva", foram temas de debates.

O papel do Gestor

No primeiro dia, os participantes assistiram a Conferência "O Papel do Gestor", proferida pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Adélcio Machado dos Santos. O tema trata dos diversos aspectos de uma gestão de qualidade. Segundo o palestrante, o papel do gestor é decidir e verificar com critérios as decisões que precisam ser tomadas. Ressaltou ainda a importância de lembrarmos que a educação trabalha a longo prazo e os resultados não são instantâneos como muitos pensam, por isso não pode ser usada como solução para todos os problemas. Para ter sucesso, diz o Presidente do Conselho Estadual de Educação, o gestor educacional necessita de preparo intelectual, visão multidisciplinar, ser conhecedor de estatísticas, além de distinguir a filosofia da educação, da gestão escolar.

Ensino Fundamental de 09 anos com o processo efetivo de alfabetização e letramento

"Alfabetizar permite à criança ter acesso às habilidades de leitura, produção e escrita", afirma, Isaac Ferreira, membro do Grupo de Trabalho Fundamental Brasil/MEC. Segundo ele, a alfabetização não é simplesmente relacionar som a um sinal gráfico, juntar grafemas em sílabas e sílabas em palavras, e depois ler estas palavras; vai muito além.

O palestrante apresentou as Leis e os pareceres que orientam a implementação do Ensino Fundamental de 09 Anos, destacando que é imprescindível a todos os Secretários de Educação, conhecê-los e articulá-los em seus municípios.

O Plano de Ações Articuladas, numa perspectiva de elaboração, execução e monitoramento

De acordo com o Coordenador Geral de Apoio da Secretaria de Educação Básica do MEC, Luiz Hudson Guimarães, que proferiu a palestra, o PAR é uma política pública que se articula internamente com os diversos programas e com os sujeitos que constroem a educação no município. Por isso, segundo ele, ao fazer a elaboração do Plano, o MEC recomenda a constituição de uma equipe de elaboração, para contribuir na analise dos dados e tornar a decisão sobre os indicadores algo democrático, e que não seja apenas de responsabilidade do gestor. Esta comissão deve ser constituída por representantes dos diversos segmentos da sociedade ligados à educação.

Depois de elaborado o Plano e sugerido as ações e subações, estas deverão ser implementadas. o palestrante lembrando que algumas serão de responsabilidade da própria Secretaria Municipal de Educação e outras receberão assistência técnica ou financeira do MEC. Ele observa, ainda, que é de grande importância a realização do monitoramento do PAR, para que o município faça um balanço dos limites e avanços da Gestão do Plano, além da reapropriação pelos gestores, do instrumento de planejamento da educação municipal.

Discussão Sobre o Piso Salarial e o Plano de Carreira

"Hoje nós vivemos um novo momento. Temos mais uma oportunidade de ver o quanto a educação avançou nos últimos tempos, e quanto precisamos fazer para avançar mais", disse o Secretário Executivo Adjunto do Gabinete do Ministério da Educação, professor Paulo Egon Wiederkehr que, juntamente com o Assessor Jurídico da Fecam, Dr. Marcos Fey Probst, abordou os diversos aspectos previstos na Lei 11.738 de 10/07/2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Segundo Paulo Egon, é importante compreender que esta Lei tem uma leitura que explica onde, como e de que forma ela acontece, além de discutir questões de implementação como hora atividade, definições de categorias, entre outras.

Para o Assessor Jurídico da Fecam, o piso já é constitucional, e começou a valer a partir de 1º de janeiro de 2009, para uma jornada de 40 horas, e serve para formação em Ensino Médio – modalidade normal, como salário inicial do magistério, porém constata: *"O piso vai tendo um reajuste alto, quem está em nível de ensino superior vai estagnando, e vão se encontrar. Acho que o MEC precisa verificar um ponto, ou criar um piso para o ensino superior"*, termina aplaudido pela platéia. Ele ainda explica que caberá a cada município estudar e "mastigar" a implementação do Plano de Carreira e Vencimentos, conforme sua realidade principal.

Paulo Egon ressalta que, os municípios possuidores de um Plano de Carreira, precisam apenas adequá-los, ou se for o caso, mantê-los como estão, e os que ainda não o têm, devem analisar as diretrizes, pois estas são orientações e devem servir como base.

Muitos são os questionamentos em

lores catarinenses em Lages

relação ao Piso Salarial e ao Plano de Carreira, mas segundo Paulo Egon, no momento em que acertamos ou erramos, estamos discutindo e construindo um sistema nacional de educação melhor.

A municipalização da Educação: O regime de Colaboração entre União, Estados e Municípios

"A Escola pertence ao aluno, não ao Sistema A, B ou C", afirma o Professor Genuíno Bordignon, componente da mesa redonda que discutiu a Municipalização da Educação em Santa Catarina e o Regime de Colaboração entre União, Estados e Municípios. Segundo ele, para falar sobre o regime de colaboração e a municipalização, é preciso falar antes, do assunto mais atual em discussão na educação brasileira, que é o Sistema Nacional Articulado de Educação. Bordignon ressalta que os sistemas se articulam em diferentes esferas de responsabilidades para cumprirem com o objetivo da escola, que tem como sujeito o aluno. *"Então ,esse deve ser o nosso foco"*, conclui.

Ele ainda expôs que, para um regime de colaboração, é necessária uma unidade nacional, na multiplicidade de estados e municípios, para que possa haver a democratização e a descentralização do poder. "*Democratização e descentralização caminham juntas e são indissociáveis, e para isto é necessário também que tenhamos autonomia para o exercício do poder"*, lembra.

O Secretário de Estado da Educação, Paulo Roberto Bauer, que fez parte da mesa, explica o que levou o governo estadual a pensar no processo de municipalização. De acordo com Bauer, o Governo Federal firmou um compromisso com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, para que no menor prazo possível, o Brasil elimine o trabalho para menores de 18 anos, se assemelhando aos países desenvolvidos, fazendo com que estes jovens frequentem a escola até os 17 anos. Ele ressalta ainda, que já se discute no Ministério da Educação, no Senado e na Câmara Federal, a possibilidade de se transformar em Lei a obrigatoriedade da sequência escolar até os 17 anos, ou seja, o Ensino Médio também será obrigatório.

O Secretário explica que Santa Catarina tem aproximadamente um milhão e meio de alunos no Ensino Fundamental. Se dividir esse número de alunos pelas séries de hoje, o cálculo indica que, a cada ano, chegam ao Ensino Médio cerca de 150 mil alunos. *"Se todos os anos nós mandarmos para o Ensino Médio 150 mil alunos e todos forem aprovados no 1º primeiro ano para o 2º e para o 3º, em três anos teremos aproximadamente 450 mil alunos no Ensino Médio. Se nós tivermos 450 mil alunos, é óbvio que teremos que nos preocupar com o seguinte fato: as 220 mil vagas existentes serão suficientes para atender as 450 mil necessárias?... Não, o estado tem que viabilizar a abertura de mais 230 mil vagas para o Ensino Médio"*, enfatiza.

Bauer explica que a solução encontrada foi buscar com os municípios uma parceria para dividir a responsabilidade, repassando o Ensino Fundamental para a rede municipal, paulatinamente, uma série por ano, para que a transferência dos recursos do FUNDEB seja efetivado. Porém, a municipalização só ocorrerá, se a câmara municipal aprovar uma Lei, desta forma, segundo Bauer, ninguém é obrigada a nada.

Para o Assessor Jurídico da Fecam, Dr. Edinando Brustolim, a realização da municipalização do Ensino Fundamental pode ser a solução para o problema do elevado número de alunos na rede estadual, porém ele sugere que a municipalização não ocorra parcialmente, com a transferência de uma série a cada ano, pois essa metodologia maximiza os custos.

Também fizeram parte da mesa o Secretário Municipal de Educação de Blumenau, Maurici Nascimento e o Presidente da Undime/SC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, que mediou a mesa.

A Alfabetização na Educação Inclusiva

Crianças com dificuldades de audição, visão ou locomoção podem ser inseridas no ambiente escolar comum a todas as crianças, basta ter um Atendimento Educacional Especializado, foi o que trabalhou a palestra "Alfabetização na Educação Inclusiva", proferida por Sinara Pollon Zardo.

Em sua apresentação, Sinara ressaltou que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. Para tanto, é importante desenvolver o Atendimento Educacional Especializado, que disponibiliza serviços e recursos para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, facilitando o acesso ao conhecimento oferecido no ambiente escolar. Este atendimento não é responsável pela escolarização do aluno, mas por facilitar este processo.

Um Olhar sobre o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e o papel do Conselho Tutelar

Um olhar sobre: a escola e suas relações com o Conselho Tutelar; o Conselho Tutelar e suas relações com a escola. Ambos têm em vista o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, previstos na Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, que resgata o valor da criança e do adolescente como sujeito de direitos. Afirma o Padre Dilmar Sell, componete da mesa que discutiu este assuntio no II Fórum Extraordinário da Educação – Undime/SC, também participaram a Promotora do Ministério Público de Santa Catarina, Dra. Helen C. Corrêa Sanches, e a Secretária Municipal de Educação de Lages, Sirlei da Silva Rodrigues

De acordo com o Padre Dilmar, o Estatuto prevê como direitos de uma criança; pertencer a uma Família, Comunidade e Estado. Então, segundo ele, o atendimento à criança passa pelo atendimento de seus direitos, que devem ser garantidos nas políticas públicas; uma dessas políticas é o Sistema de Educação – escolas. Na escola encontra-se a garantia da promoção – atendimento direto- visando à cidadania ativa e plena. Já ao Conselho Tutelar, cabe a defesa e responsabilização, por tratar de um espaço público com seus instrumentos políticos – pedagógicos de medidas administrativas sociais, visando garantir todos os direitos assegurados às crianças e aos adolescentes e às suas famílias. Por isso, a importância de estes dois sistemas trabalharem em consonância. (Confira o documento sobre o tema na íntegra, acessando o link de notícias no site www.undime-sc.org.br)



Professores das redes municipal e estadual de educação recebem formação para Olimpíada de Língua Portuguesa

Construir juntos uma educação de qualidade por meio da formação de professores, este é o objetivo da Olimpíada de Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro, que durante os meses de setembro e outubro, realizará a preparação técnica para professores das redes estaduais e municipais de Santa Catarina. Ao todo, o estado irá preparar cerca de 100 professores que serão os multiplicadores para todos os municípios catarinenses.

Como um concurso de produção de textos, a Olimpíada de Língua Portuguesa mobiliza as escolas da rede pública para preparar seus professores, oportunizando a eles uma forma de ensino/aprendizagem de gêneros textuais diferenciada, para que os alunos tenham mais interesse em aprender e escrever as diversas formas de texto.

Na formação, os professores receberão um material específico sobre a Olimpíada, terão aulas ministradas por docentes especialistas na área de Língua Portuguesa, além de participarem de oficinas didáticas que posteriormente multiplicarão para seus colegas nos municípios. Esta formação terá duração de 40 horas, dividida em duas etapas, uma realizada no mês de setembro e outra, no mês de outubro.

As Gerências Regionais e as Associações de Municípios, por meio de seus representantes que receberam a formação, repassarão aos interessados as informações e conhecimentos obtidos durante as duas etapas de formação presencial. O intuito é formar e incentivar a participação do maior número de professores no estado de Santa Catarina.

Esta preparação dos professores é o passo inicial para a Olimpíada de 2010, quando iniciarão os trabalhos com os alunos. Após a formação e com os trabalhos em curso, cada escola participante selecionará textos para a etapa municipal. Após este processo, cada município definirá os textos representantes para a etapa estadual. Os textos selecionados no estado participarão da etapa regional, e esta fase definirá os semifinalistas para a etapa Nacional.

Parceria- A Olimpíada de Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro é uma parceria entre o CENPEC, MEC, Fundação Itaú Social, Consed e Undime. Em Santa Catarina, é articulada pela Secretaria de Estado da Educação e pela Undime/SC.







SME de Lages desenvolve projetos para melhorar a educação na rede

Com o objetivo de contribuir no processo de ensino/aprendizagem dos alunos da rede municipal de educação, a Secretaria Municipal de Educação de Lages vem desenvolvendo diversos projetos para atuar nas diferentes esferas da educação. Um deles é o projeto de “Assistência Pedagógica para alunos dos anos iniciais e Finais do Ensino Fundamental”, que tem o intuito de contribuir e facilitar a construção do conhecimento de alunos com ritmos de aprendizagem diferentes.

Atualmente, este projeto abrange todas as Unidades de Educação do Sistema Municipal de Lages, e é utilizado como uma medida preventiva com vistas a oferecer um atendimento mais individualizado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, para que estas sejam superadas antes de se transformarem em motivo de reprovação.

Também está em funcionamento o programa “Matrícula por Progressão Parcial”, que possibilita ao aluno avançar nos seus estudos, em componentes curriculares para os quais já apresenta, comprovadamente, domínio do conhecimento. O programa contribui para minimizar os índices de evasão e repetência gerados pela reprovação, elevando assim a auto estima dos alunos. Através da Matrícula por Progressão Parcial, o aluno que não obtiver aprovação final em até duas disciplinas, em regime seriado, poderá cursá-las subsequente e concomitantemente à série seguinte.

Outro projeto desenvolvido por esta Secretaria é o “Valores e Vivências no Contexto Social”, que oferece no contraturno aulas de ensino religioso do 6º ao 9º ano para trabalhar de forma dinâmica e diferenciada os valores éticos, morais e sociais, promovendo uma atitude positiva de respeito à família, à escola e `s comunidade. Este projeto é realizado em 15 escolas da rede municipal por adesão, sendo optativo para o aluno, conforme a LDB.

Além destes projetos, a Secretaria desenvolve parcerias com a comunidade e empresas sediadas no município, em busca de subsídios para implementar o trabalho educativo e social desenvolvido na rede municipal de educação, como é o caso do “Projeto ADOCI”, que atende crianças de 0 a 5 anos matriculadas nas 68 creches municipais e 09 ONG’s, por meio de parcerias com empresas.

Guabiruba oferece atendimento a crianças deficientes

O Centro de Referência da Assistência Social –CRAS, do município de Guabiruba, que promove a inclusão de crianças deficientes na sociedade, está com reforço na equipe de atendimento. Seis profissionais das áreas de fonoaudiologia, psicologia, nutrição e assistência social foram apresentados pela Secretária Municipal de Educação, Iracema Catarina Becker, no último dia 02 de setembro.

Conforme a Secretária, nos últimos anos o número de alunos com deficiência aumentou consideravelmente, assim como o grau da deficiência. “Os alunos portavam necessidades simples, como problemas leves de audição e de fala. Só que começamos a receber cadeirantes, e alunos com deficiências mais acentuadas”, diz.

Agora, com a nova equipe, os alunos da rede municipal de Guabiruba e seus familiares terão um atendimento especial, o que facilitará a inserção dos mesmos nas escolas e no mercado de trabalho. “Não podemos simplesmente colocar essas pessoas dentro de uma escola e dizer que estão incluídas. Quando o aluno é especial, ele tem limites e precisamos respeitá-lo”, enfatizou Iracema.

Undime promove formação para Gestores Públicos Catarinenses



Com o objetivo de capacitar Dirigentes Municipais de Educação, técnicos das Secretarias Municipais de Educação e das prefeituras, Vereadores e conselheiros municipais para a construção dos Planos de Carreira, a Undime Nacional juntamente das Seccionais promoveu o "Programa de Formação de Gestores Públicos". No estado de Santa Catarina, a formação ocorreu nos dias 17 e 18 de setembro, em Florianópolis e contou com a participação de aproximadamente 65 profissionais das Secretarias Municipais de Educação.

Para o curso, a Undime contratou especialistas que além do conhecimento teórico trouxeram a vivência como gestores em Secretarias Municipais de Educação, em Florianópolis o curso foi ministrado pelo palestrante Luiz Araújo. A formação é constituída de palestras formativas sobre os eixos temáticos; construção coletiva de diagnóstico de capacidade financeira do município; construção coletiva de plano de carreira.

UFRGS promove oficina de monitoramento do PAR para municípios catarinenses

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, autorizada pelo MEC, reuniu cerca de 100 profissionais das Secretarias Municipais de Educação de Santa Catarina para realizar uma oficina com orientações sobre o monitoramento do PAR. O encontro, realizado em parceria com a Undime/SC, ocorreu no dia 21 de setembro em Florianópolis.

Ao todo, foram convidados 65 municípios do estado de Santa Catarina, considerados prioritários pelo MEC, quanto à verificação do Plano de Ações Articuladas. Estes municípios deverão verificar e monitorar a documentação encaminhada para o MEC referente ao planejamento municipal durante os próximos meses. Este monitoramente permite a avaliação e alteração de dados informados incorretamente.

Quanto aos outros municípios, a Undime/SC está providenciando levantamento de demanda para viabilizar o curso em três pólos no estado.

Projetos que inovam a educação infantil

Ética, cidadania, natureza e sociedade: isso é coisa de gente grande, mas se aprende desde pequeno. Sendo assim, os alunos do Maternal I da Creche Municipal Pequeno Aprendiz, Município de Itapoá, coordenados pelos professores Elaine Neves Burbello e Julio Marasck Fagundes, dão o primeiro passo de uma longa caminhada, por meio do projeto "Aprendendo com os Animais no Sítio do Seu Lobato", inspirado no vídeo/DVD Cocoricó.

Segundo os professores, desde pequenas as crianças desenvolvem seus potenciais e habilidades, por isso o projeto mostrará o caminho a ser percorrido, através de uma linha pedagógica específica, que buscará estimular a interpretação, a criatividade e as funções de inteligência nestas crianças.

O trabalho consiste na exibição de vídeos, leitura de histórias, atividades lúdicas, passeios que permitam o contato com os animais - como em sítios, zoológicos, praia - com o objetivo de apresentar às crianças, o habitat em que vivem os animais e os cuidados com o meio ambiente.



O projeto permite desenvolver conteúdos que envolvem a Língua Portuguesa, a Matemática, e as Ciências Naturais e Temas Transversais (Natureza, Sociedade, Meio Ambiente, Ética e Cidadania).

Oficinas sócio-educativas :

Uma alternativa concreta para o desenvolvimento da criança.

A ampliação do tempo de permanência do aluno na escola é uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE. É por meio da escola que todas as pessoas têm a oportunidade de aquisição do conhecimento universal, indispensável ao desenvolvimento e ao convívio coletivo na atual sociedade.

A Secretaria de Educação do Município de Concórdia, desde 2003, desenvolve um trabalho por meio do Programa de Oficinas Sócio-Educativas, nas escolas da Rede Municipal, com o objetivo de proporcionar aos alunos atividades diversificadas, as quais auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem.

Como as oficinas ocorrem no contraturno do período de aula, possibilita a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, ou seja, mais uma oportunidade para crianças e adolescentes aprenderem diferentes habilidades e conhecimentos extraescolares.

Desde a implementação do Programa, as oficinas destinam-se ao atendimento para qualquer aluno que está matriculado na escola, ou seja, a oficina é uma atividade PARA TODOS, pois a cada ano cresce o número de alunos atendidos pelo Programa. Hoje, são atendidos mais de 4,5 mil alunos, inclusive nas Escolas do Campo.

Atualmente, as oficinas oferecidas aos alunos e que possibilitam novos aprendizados e socialização são: dança, futebol, pintura/artes, flauta, violão, laboratório pedagógico para alunos dos anos iniciais, laboratório pedagógico pra alunos de 5ª a 8ª de matemática e de língua portuguesa, literatura dramatizada com expressão corporal, fanfarra e produção orgânica. A diversidade justifica-se no sentido de garantir ao aluno o desenvolvimento das potencialidades na área em que escolher.

Os profissionais que trabalham nestas oficinas possuem formação superior e participam da formação continuada de professores. Muitas escolas promovem mostras dos trabalhos como forma de socialização do que é feito em cada oficina. Acredita-se que por meio destas atividades, bem como de diversas outras ações desencadeadas nas escolas, é possível fazer uma educação com, cada vez mais, qualidade.

Colaboração Secretaria Municipal de Educação de Concórdia

Undime/SC promove reunião com Associações de Municípios

No dia 24 de setembro a Undime/SC realizou um encontro em São Miguel do Oeste com os Secretários de Educação das Associações de Municípios Amerios, Amnoroeste e Ameosc, para discutir diversos assuntos relevantes à educação, além de apresentar o posicionamento da Undime/SC e Nacional, perante temas polêmicos da Educação, como o Piso Salarial/Hora Atividade, a Municipalização do Ensino Fundamental e a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Na ocasião, o Presidente da Undime/SC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz explanou sobre os programas e projetos coordenados pela Diretoria da Undime/SC e seus representantes.

A reunião contou também com a participação da Assessora Especial do Ministro da Educação, professora Linda Goulart, que proferiu palestra sobre o Plano de Mobilização Social pela Educação.

Este PLano incentiva a participação dos pais na vida escolar dos filhos, em busca da melhora na qualidade do ensino. De acordo com a palestrante, é importante a participação da comunidade em geral no processo, incluindo igrejas, centros comunitários, ongs, etc.

Segundo a Cartilha do programa, o avanço nos estudos está ligado as tarefas e deveres de casa. É importante que os pais acompanhem e demonstrem interesse pela educação dos filhos, pois eles gostam de saber que os pais valorizam os estudos e o esforço. Por isso a Cartilha recomenda que os pais visitem a escola, conversem com os professores, peçam orientação, compareçam às reuniões, entre outros.

Rede Estadual mantém matrícula para o Ensino Fundamental, já que a Municipalização ainda não ocorreu

Em reunião no dia 08 de outubro, na Secretaria de Estado da Educação, o Secretário de Estado, Paulo Roberto Bauer, confirmou aos representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime/SC, e da Federação Catarinense de Municípios- FECAM, que a rede estadual de educação manterá as matrículas para o Ensino Fundamental referentes ao ano de 2010.

Segundo o Secretário de Estado, isso se dá, pois a Municipalização do Ensino Fundamental ainda não ocorreu. Neste momento o projeto de Lei passa por modificações sugeridas pelas instituições citadas acima, e ainda terá que ser aprovado na Assembléia Legislativa.

Assim que as alterações da Lei forem concluídas, haverá uma nova reunião com os representantes da Undime/SC e FECAM, para que estas instituições tomem conhecimento da nova escrita da Lei sobre a Municipalização, e aprovem se for o caso, para ser remetida a análise da Assembléia Legislativa.

Saiba Mais....

Prova Brasil/ Saeb

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

A partir das informações do Saeb e da Prova Brasil, o MEC e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas definidas como prioritárias.

As médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas.

Provinha Brasil

A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica aplicada aos alunos matriculados no segundo ano do Ensino Fundamental. A intenção é oferecer, aos professores e gestores escolares, um instrumento que permita acompanhar, avaliar e melhorar a qualidade da alfabetização e do letramento inicial oferecidos às crianças. A partir das informações obtidas pela avaliação, os professores têm condições de verificar as habilidades e deficiências dos estudantes e interferir positivamente no processo de alfabetização, para que todas as crianças saibam ler e escrever até os oito anos de idade, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Fonte Mec

Agenda

- **6º Prêmio Exemplo Voluntário-PEV**

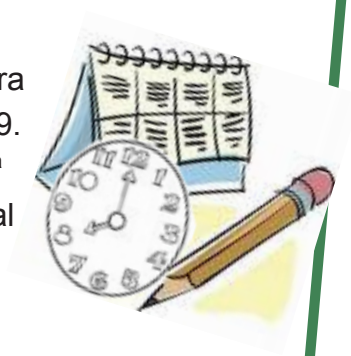
Objetivo: identificar, selecionar, reconhecer, valorizar e premiar pessoas que desenvolvam ações voluntárias.
Inscrições até dia 23 de outubro de 2009
Para mais informações acesse o site da Undime/SC (**www.undime-sc.org.br**) e clique no banner do prêmio.

- **IX SIMGEO**

Geografia: ensino e representações
Data: De 19 a 23 de outubro de 2009
Local: Florianópolis
Para mais informações acesse o site:
http://simgeo2009.cjb.net

- **Prova Brasil/Saeb**

Data: A data foi alterada e está prevista para ocorrer entre 09 e 27 de novembro de 2009.
Obs: Realizam as provas alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental e de 3ª série do ensino médio.
Para mais informações acesse o site:
http://provabrasil2009.inep.gov.br/



- **Provinha Brasil**

Data: De 09 a 13 de novembro de 2009 as provas devem chegar às escolas.
Obs: Realizam a prova alunos do 2º ano do ensino fundamental.
Para mais informações acesse o site:
http://provinhabrasil.inep.gov.br